

## Atualização do Código Civil Brasileiro

### Comissão de Juristas e Anteprojeto de Lei



Ana Amelia  
Menna Barreto

O Código Civil Brasileiro foi fruto de duas décadas de tramitação no Congresso Nacional para modernizar uma legislação datada de 1916. O projeto original foi elaborado entre 1969 e 1975 por uma comissão de juristas, encabeçada por Miguel Reale.

Segundo o [Prof. Carlos Eduardo Elias de Oliveira](#), “Miguel Reale procurou usar conceitos jurídicos abertos na redação. O juiz pode, a depender do momento histórico, da cultura do momento e do contexto da época, dar uma interpretação diferente. Ou seja, o Código foi feito para ser adaptado às mudanças sociais. Costumo dizer que ele foi redigido com uma vocação à eternidade. Reale chamava isso de “operabilidade””.

Desde 2003 a Lei nº. 10.406/2002 já foi alterada por outras 53 normas, [segundo estatística do portal normas.leg.br](#).

Após [20 anos de vigência](#) a proposta de atualização do Código Civil Brasileiro visa modernizar a legislação, adequando-a a novos contextos sociais e tecnológicos, além de reforçar a proteção de direitos fundamentais e a segurança jurídica.

## Comissão de Juristas

Por iniciativa do então presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, em abril de 2024 instalou-se a Comissão de Juristas responsável por revisar e atualizar o Código Civil.

A Comissão teve a tarefa de adaptar o código às novas realidades sociais e apresentar um Anteprojeto de Lei para revisão e atualização do Código Civil.

## Composição

A Comissão de Juristas presidida pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Luis Felipe Salomão, foi [composta](#) por 38 juristas, cabendo a relatoria geral a Flávio Tartuce e Rosa Maria de Andrade Nery.

## Plano de Trabalho

Consistiu inicialmente em dividir os temas em grupos, assim distribuídos:

**Parte Geral:** Ministro João Otávio de Noronha, Estela Aranha, Rogério Marrone, Rodrigo Mudrovitsch (relator parcial)

**Obrigações e Responsabilidade Civil:** José Fernando Simão (relator parcial), Edvaldo Brito, Nelson Rosenvald, Maria Isabel Galotti e Patrícia Carrijo.

**Contratos:** Angélica Carlini, Carlos Eduardo Elias de Oliveira (relator parcial), Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk e Cláudia Lima Marques

**Direito das Coisas:** Marco Aurélio Bezerra de Melo (relator parcial), Carlos Antônio Vieira Fernandes Filho, Marcelo de Oliveira Milagres e Maria Cristina Paiva Santiago.

**Direito das Famílias:** Ministro Marco Buzzi, Rolf Madaleno, Maria Berenice Dias, Pablo Stolze (relator parcial).

**Direito das Sucessões:** Ministro Cesar Asfor Rocha, Giselda Hironaka, Gustavo Tepedino, Mário Luiz Delgado (relator-parcial)

**Direito Digital:** Laura Schertel Mendes, Ricardo Campos e Laura Contrera Porto (relatora parcial).

**Direito Empresarial:** Daniel Carnio Costa; Flávio Galdino, Marcus Vinícius Furtado Coelho, Moacyr Lobato de Campos Filho e Professora Paula A. Forgioni (relatora parcial)

Foram realizadas reuniões, [audiências públicas](#) e analisadas 280 sugestões da sociedade, chegando-se a uma proposta com mais de mil artigos, após oito meses de trabalho.

### Sub-relatorias

Os trabalhos foram ainda divididos em 9 sub-relatorias temáticas:

**Parte Geral:** Professor Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch;

**Direito das Obrigações e Títulos de Crédito:** Professor José Fernando Simão;

**Contratos:** Professor Carlos Eduardo Elias de Oliveira;

**Responsabilidade Civil:** Professor Nelson Rosenvald;

**Direito Empresarial:** Paula Andrea Forgioni;

**Direito das Coisas:** Professor Marco Aurélio Bezerra de Melo;

**Direito de Família:** Professor Pablo Stolze Gagliano;

**Direito das Sucessões:** Professor Mário Luiz Delgado;

**Direito Digital:** Professora Laura Porto.

### **Audiências Públicas**

Foram realizadas [audiências públicas](#) e analisadas 280 sugestões da sociedade, chegando-se a uma proposta com mais de mil artigos, após oito meses de trabalho.

O anteprojeto elaborado pela Comissão de Juristas foi enviado ao Senado Federal em abril de 2024, propondo a modificação/revogação de 897 artigos, dentre os 2.063 atualmente existentes no Código Civil e acrescentando-lhe novos 300 dispositivos.

### **PROJETO DE LEI nº. 4/2025**

O anteprojeto de atualização do Código Civil elaborado pela Comissão de Juristas, foi apresentado sob a forma do [Projeto de Lei 4/2025](#), por iniciativa do Senador Rodrigo Pacheco em 31 de janeiro de 2025.

A Comissão Temporária Interna do Senado Federal destinada a examinar o Projeto de Lei nº 4/2025 foi instalada em setembro de 2025, sob a presidência do Senador Rodrigo Pacheco e relatoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

## Composição

Compõem a Comissão Temporária, os seguintes Senadores:

**Titulares:** Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Rodrigo Pacheco, Otto Alencar, Flávio Arns, Marcos Rogerio, Carlos Portinho, Weverton, Fabiano Contarato e Tereza Cristina.

**Suplentes:** Eduardo Braga, Sergio Moro, Zequinha Marinho, Angelo Coronel, Omar Aziz, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito, Randolfe Rodrigues e Laércio Oliveira.

## Tramitação

Os trabalhos da Comissão Temporária foram divididos em duas fases: instrutória e elaboração do relatório final.

A primeira fase contará com a participação da sociedade, da comunidade jurídica, do governo, de diversos setores da sociedade civil, além da própria Comissão de Juristas que elaborou o Anteprojeto, através da realização de audiências públicas.

A segunda fase será de elaboração do relatório final, quando o Relator levará em conta todos os subsídios colhidos até então, bem como os relatórios parciais.

Pelo [cronograma de trabalho](#) estabelecido o relatório geral deve ser apresentado em 3 de junho de 2026. A discussão do Substitutivo oferecido no Relatório Geral e votação do relatório final será designada até a data de 02 de julho de 2026.

## Audiências Públicas

A partir de setembro de 2025 iniciou-se a realização das [audiências públicas](#):

### [1ª Reunião](#) – 24/09

**Finalidade:** [Instalação e Eleição](#)

Instalada a Comissão e eleitos, por aclamação, os Senadores Rodrigo Pacheco e Efraim Filho como presidente e vice-presidente, respectivamente. O Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado relator-geral.

### [2ª Reunião](#) – 01 /10

**Finalidade:** [Apresentação do Plano de Trabalho](#)

### [3ª Reunião](#) – 09/10

**Finalidade:** [Debater sobre a Importância de Reforma do Código Civil](#). Objetivos principais: obter uma visão panorâmica do Anteprojeto de Reforma do Código Civil com a indicação da sua relevância na atualidade.

**Participantes:** Luis Felipe Salomão • Marco Aurélio Bellizze • Rosa Maria de Andrade Nery • Flávio Tartuce

### [4ª Reunião](#) – 16/10

**Finalidade:** [Discutir temas relativos à Parte Geral do Código Civil e ao Direito Digital](#).

**Convidados:** • Laura Porto • Ricardo Campos • Carlos Eduardo Pianovski • Maurício Bunazar • Rogério Marrone • Rosa Maria de Andrade Nery • Flávio Tartuce • Paulo Doron Rehder de Araujo • Carlos Affonso de Souza • José Anchieta da Silva

#### 5ª Reunião – 23/10/2025

**Finalidade:** Continuidade das discussões sobre a Parte Geral e Direito Digital

**Convidados:** • Patrícia Carrijo • Layla Abdo Ribeiro de Andrada • Fernanda Rodrigues da Silva Fernandes • Débora Vanessa Caús Brandão • Dierle José Coelho Nunes • Vicente de Paula Ataíde Jr. • Relatores Rosa Nery e Flávio Tartuce

#### 6ª Reunião – 06/11

**Finalidade:** Discutir temas relativos ao Direito das Obrigações e aos Contratos

**Convidados:** • José Fernando Simão • Carlos Eduardo Elias de Oliveira • Claudia Lima Marques • Angélica Carlini • Eroulths Cortiano Júnior • Flávio Tartuce • Rosa Maria de Andrade Nery

#### 7ª Reunião – 13/11

**Finalidade:** Discutir temas relativos ao Direito das Obrigações e aos Contratos

**Convidados:** • José Fernando Simão • Carlos Eduardo Elias de Oliveira • Claudia Lima Marques • Angélica Carlini • Eroulths Cortiano Júnior • Flávio Tartuce • Rosa Maria de Andrade Nery

## Enquete

A [enquete](#) disponibilizada na página web da Comissão revela o placar de 333 votos a favor da matéria e 803 votos contrários à sua aprovação, apurado em 06 de novembro de 2025.

## Emendas

Até 29 de outubro foram encaminhadas [149 emendas](#), a maioria delas versando sobre o Direito das Famílias e Sucessões, com especial olhar na dissolução do casamento

## Projetos de Lei anexados

Foram anexados ao PL 4/2025, outros [25 projetos de lei](#) em andamento no Senado Federal:

2020: 3.324 e 3.570

2021: 3.125, 3.612 e 4.087

2022: 1.090 e 1.163

2023: 5.925, 1.070, 1.147, 1.209, 1.217, 1.351, 2.009, 3.027 e 3.914

2024: 1.930, 2.122, 2.425 e 2.802

2025: 2.700, 3.985, 4.438, 5.035 e 5.240



Como era de se esperar o Anteprojeto tem sido alvo de inúmeras críticas por parte da comunidade jurídica. Pelo andar da carruagem pode se repetir as duas décadas de tramitação da atualização do Código de 1916.

**v. 16/11/2025**